

Impactos econômico-financeiros em tempos de crise da COVID-19 nas Informações Trimestrais Revisionais (ITR's) das Instituições Bancárias listadas na B3

ÉGON JOSÉ MATEUS CELESTINO

Universidade Federal de Sergipe

VANESSA CÂMARA DE MEDEIROS

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

VINICIUS RODRIGUES VIEIRA FERNANDES

Universidade Federal de Roraima

ELIZEU MANIÇOBA DA SILVA FILHO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

O objetivo deste artigo é investigar os impactos da crise financeira da Covid-19 sobre as instituições bancárias listadas na B3. Para isso, utilizou-se dos bancos de dados das Informações Trimestrais Revisionais (ITR's) do primeiro trimestre de 2020 das empresas classificadas no segmento de "Banco" da bolsa de valores do Brasil (Brasil, Bolsa, Balcão) - B3, com uma população de vinte e seis companhias bancárias, sendo a amostra por acessibilidade documental analisada de dezessete companhias, adotando como método a análise descritiva e a análise de conteúdo. Os resultados indicam que a maioria dos bancos apresenta crescimento do ativo no primeiro trimestre de 2020, assim como apresenta crescimento nas operações de créditos liberadas de empréstimos e financiamentos para o mercado, conforme preconiza a literatura (GOODELL, 2020). No entanto, as provisões de perdas dos créditos apresentam crescimento, reflexo do alto risco de não recebimento das operações em períodos de crise, em consonância com o estudo de Lagoarde-Segot & Leoni (2013). O efeito do regime de competência no resultado refletiu em elevados prejuízos no segmento dos bancos listados na B3, em decorrência de algumas situações que geraram aumento dos provisionamentos da carteira de crédito. Quanto às notas explicativas e às demonstrações contábeis, verifica-se que a maioria dos bancos tratou das divulgações em notas de "outras informações" e em "eventos subsequentes" (CPC 24). Quanto às divulgações das gestões dos bancos, apenas seis bancos reportaram a Covid-19 no relatório da administração, justificando nos comentários de desempenhos as retrações dos resultados do exercício do primeiro trimestre de 2020, conforme verificado nas demonstrações de resultados dos bancos.

Palavras-chave: COVID-19, ITR's, Instituições Bancárias.

1. INTRODUÇÃO

Em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara a pandemia da COVID-19, ampliando-se as medidas de isolamento social nos principais países

ocidentais com impactos severos na economia mundial. Diante da disseminação global da COVID-19, surge um cenário de grandes incertezas e de crise, com consequências sociais e econômicas. Nos períodos de crise e fortes mudanças econômicas, os mercados acionários tornam-se voláteis e respondem rapidamente às alterações macroeconômicas, Bernadelli & De Castro (2020).

No decorrer do primeiro trimestre de 2020, verifica-se que esse foi o pior trimestre dos mercados globais e março de 2020, o mês que parecia não ter fim, já que foi o mais volátil da história do mercado americano. Por exemplo, o S&P oscilou em média 4,8% por dia em março/2020, comparado a 3,9%, em média, no mês de outubro/2008, quando a Lehman quebrou (Nicola, Alsafi, Sohrabi, Kerwan, Al-Jabir, Losifidis, Agha & Agha, 2020). No Brasil, percebe-se que não é diferente: o “índice Bovespa” da bolsa brasileira no mês de março/2020 apresentou alta volatilidade, com uma queda de 31% da bolsa.

Percebe-se que governos e bancos centrais têm respondido à crise em grande escala. Ainda assim, em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) global deverá registrar uma recessão nunca vista desde a década de 1930, de acordo com o World Bank (2020). A crise não se apresenta com origem no sistema financeiro nacional ou relaciona-se com ameaças geopolíticas externas. Trata-se de um evento que afeta a vida das pessoas de modo geral, assim como a rotina das empresas e o mercado financeiro (Goodell, 2020).

Neste contexto, os bancos são companhias primordiais para as políticas públicas de manutenção das atividades econômicas das empresas, seja para subsidiar as operações com créditos para capital de giro, os financiamentos ou a manutenção das folhas de pagamentos dos colaboradores. No front econômico, observou-se nos últimos dias uma aceleração das medidas econômicas dos governos para amenizar os impactos da crise. Além das medidas do BACEN e do BNDES, verifica-se também novas ações no âmbito da linha de apoio à empresa e à sustentação da renda, conforme Informativo Semanal da Economia Bancária da FEBRABAN (2020).

Diante do exposto, como a crise da Covid-19 tornou-se relevante em diversos segmentos, inclusive no segmento dos bancos, emerge a problemática do estudo: “Quais impactos da crise financeira da Covid-19 nas Informações Trimestrais Revisionais (ITR’s) das instituições bancárias listadas na B3?” Assim sendo, o propósito da pesquisa é investigar os impactos da crise financeira da Covid-19 sobre as demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2020 das instituições bancárias listadas na B3.

O estudo justifica-se pela relevância que o segmento bancário apresenta para enfrentamento da crise econômico-financeira decorrente da Covid-19 e pela inicialização de pesquisas sobre o tema da Covid-19, bem como seus impactos corporativos. Dessa maneira, as contribuições passam pela demonstração do comportamento das rubricas contábeis e seus impactos apresentados no início da crise

em 2020, evidenciando as consequências desta pandemia nas companhias do segmento bancário listadas na B3.

A pesquisa antecipatória esboça a escassez de pesquisas sobre pandemias e finanças, além de sugerir paralelos parciais com outras áreas mais exploradas das finanças (GOODELL, 2020). Assim, sugere-se que pesquisas futuras deem continuidade na temática dos impactos dessa pandemia.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Efeitos econômico-financeiros da COVID-19 nas demonstrações financeiras das Companhias Brasileiras

Os efeitos econômicos do novo coronavírus (COVID-19) tornam-se relevantes em muitos setores, devido aos seguintes impactos generalizados: redução da demanda do consumidor por bens e serviços; falta de investimento em equipamentos e construção em geral, o que reduz a demanda de muitos bens e serviços; interrupção de cadeias globais de suprimentos devido a restrições impostas ao movimento de pessoas e bens; instabilidade do mercado financeiro, com oscilações de preços nas Bolsas de Valores, incluindo os preços de commodities; e flutuações nas taxas cambiais (Guia de Impactos nas demonstrações contábeis da BDO, 2020).

Dessa forma, para os exercícios/períodos das demonstrações financeiras que terminam em ou após 31 de janeiro de 2020, percebe-se que os efeitos da COVID-19 precisam ser incorporados na preparação das demonstrações financeiras e informações trimestrais revisionais, devendo considerar maiores divulgações nas notas explicativas de eventos subsequentes, conforme a MP nº 931 de 30 de março de 2020, a Deliberação nº 849 de 31 de março de 2020 e a Circular nº 02/2020, ambas da CVM.

2.2 Impactos da COVID-19 no mercado bancário brasileiro

Os bancos são vulneráveis em tempos de desaceleração econômica devido à probabilidade das operações de créditos liberadas não serem executadas financeiramente (GOODELL, 2020). Lagoarde-Segot & Leoni (2013) desenvolveram um modelo teórico que demonstra a probabilidade de um colapso do setor bancário de um país em desenvolvimento aumentar à medida que aumenta a prevalência conjunta de grandes pandemias.

Segundo Goodell (2020), subsistirá ainda por um tempo a incógnita de como a Covid-19 mudará as práticas das instituições financeiras. De acordo com o boletim regional do BACEN (2020), o mercado de crédito deverá ter papel importante nesse período, sobretudo para as empresas. Dados preliminares sobre a evolução dos estoques de empréstimos em março/2020 revelam similaridades de comportamento entre as diversas regiões do país. Em regra, na comparação com o mês anterior, as famílias reduziram os gastos com cartão de crédito à vista, enquanto as empresas aumentaram seu endividamento.

Diante desse diagnóstico, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o BACEN, devidamente fundamentados pela legislação federal e por medidas provisórias publicadas pelo governo federal, iniciaram algumas medidas: a primeira baseou-se na redução temporária das exigências regulatórias que requerem capital e provisões das Instituições Financeiras para contemplar os riscos que elas assumem em suas operações; a segunda medida busca dotar o sistema financeiro de liquidez suficiente para atender à ampliação da demanda de famílias e de empresas por linhas de crédito que lhes possam socorrer num momento de queda acentuada da atividade econômica e escassez de recursos líquidos para honrar suas obrigações rotineiras.

Por fim, a terceira medida flexibiliza temporariamente o cumprimento de requerimentos regulatórios que se tornaram mais desafiadores de serem cumpridos com trabalhos remotos, de acordo com o Relatório de estabilidade financeira do BACEN (2020). Entre as resoluções instituídas pelo CMN/BCB para as instituições financeiras, destacam-se as vinculadas às renegociações das operações de créditos devido à pandemia da Covid-19 (Resolução CMN nº 4.782/20) e as provisões para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas devido à pandemia da Covid-19 (Resolução CMN nº 4.803/20).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo classifica-se como quantitativo, descritivo e bibliográfico (Thiollent, 2009). Quanto à análise de conteúdo, classifica-se como pesquisa qualitativa, visto que utilizou-se do teste por associação de palavras contidas nas notas explicativas das demonstrações contábeis trimestrais dos bancos listados na B3, referente ao assunto da Covid-19 (Bardin, 1977).

Para realizar a pesquisa do estudo, foram utilizados dados das ITR's no primeiro trimestre de 2020 de empresas classificadas no segmento de banco, com uma população de vinte e seis companhias bancárias, sendo a amostra por acessibilidade analisada de dezessete companhias. As companhias analisadas na amostra foram as que divulgaram informações em seus sites de relações com investidores até a data de 18 de maio de 2020.

Tabela 01 - Bancos listados na B3 analisados na amostra

Razão Social	Nome de Pregão	Nível de Governança Corporativa
Alfa Holdings S/A	ALFA HOLDING	-
Banco Alfa de Investimento S/A	ALFA INVEST	-
Banco BMG S/A	BANCO BMG	N1
Banco INTER S/A	BANCO INTER	N2
Banco ABC Brasil S/A	ABC BRASIL	N2
Banco Bradesco S/A	BRADESCO	N1
Banco do Brasil S/A	BRASIL	NM
Banco BTG Pactual S/A	BTGP BANCO	N2
Banco Estado do Rio Grande do Sul S/A	BANRISUL	N1
Banco Mercantil de	MERC INVEST	-

Investimentos S/A		
Banco Mercantil do Brasil S/A	MERC BRASIL	-
Banco Pan S/A	BANCO PAN	N1
Banco Pine S/A	PINE	N2
Banco Santander (BRASIL) S/A	SANTANDER BR	-
BRB Banco de Brasília S/A	BRB BANCO	-
ITAU Unibanco Holding S/A	ITAUUNIBANCO	N1
ITAUSA Investimentos ITAU S/A	ITAUSA	N1

Fonte: B3, 2020.

Não obstante os dados analisados apresentem um aumento nas operações de crédito liberadas, bem como o aumento na provisão de perdas dos créditos pelo risco do não pagamento por parte dos clientes, trata-se de uma posição inicial que ainda deverá ser analisada em períodos subsequentes ao primeiro trimestre de 2020.

4. RESULTADOS PARCIAIS E ANÁLISES

Os resultados indicam que a maioria dos bancos apresentam crescimento do ativo no primeiro trimestre de 2020, assim como apresentam crescimento nas operações de créditos liberadas de empréstimos e financiamentos para o mercado, conforme preconiza Goodell (2020). No entanto, as provisões de perdas dos créditos apresentam crescimento, reflexo do elevado risco de não recebimento das operações em períodos de crise. O efeito do regime de competência no resultado do exercício refletiu em elevados prejuízos no segmento dos bancos listados na B3.

O impacto da Covid-19 nas notas explicativas fora tratado pelos bancos em notas específicas de "outras informações" e em "eventos subsequentes" (CPC 24). Os seis bancos que reportaram a Covid-19 no relatório da administração realizaram, nos comentários de desempenho, a justificativa para as retrações dos resultados do exercício do primeiro trimestre de 2020.

REFERÊNCIAS

B3. (2020). Empresas listadas no segmento de Bancos na B3. São Paulo. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

Banco Central do Brasil (BACEN) (2020). Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 14, n. 2. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/boletimregional>

Banco Central do Brasil (BACEN) (2020). Relatório de Estabilidade Financeira, v. 19, n. 1. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref>

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições 70.

São Paulo, 29 a 31 de Julho de 2020

BDO (2020). Guia de Impactos na Preparação de Demonstrações Contábeis e de Informações Trimestrais: COVID-19. Disponível em: <https://www.bdo.com.br/pt-br/publicacoes/impactos-da-covid-19-nas-demonstracoes-contabeis-e-informacoes-trimestrais-encerradas-apos-31-1-2020>

BRASIL (2020). Medida Provisória nº 931 – Altera a Lei nº 10.406/02 código civil, a lei nº 5.764/71 e a lei nº 6.404/76, e dá outras providências. 30 de março de 2020.

Bernardelli, L. V., & Castro, G. H. L. (2020). Mercado Acionário e Variáveis Macroeconômicas: Evidências para o Brasil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 19(1), pp. 1-15.

Comissão de Valores Mobiliários (2020). Deliberação CVM nº 849 – Estabelece o prazo para apresentação, pelas companhias abertas, de informações com vencimento no exercício de 2020 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/deliberacoes/deli0800/deli849.html>

Comissão de Valores Mobiliários (2020). Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020 – Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/oficios-circulares/snc-sep/oc-snc-sep-0220.html>

Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. (2009). CPC 24 – Evento Subsequente. Pronunciamento, Brasília. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/300_CPC_24%20_rev%2012.pdf

Conselho Monetário Nacional (2020). Resolução nº 4.782 – estabelece, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para fins de gerenciamento de risco de crédito. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/Resolucao%20n%C2%BA%204782-20-Bacen.htm

Conselho Monetário Nacional (2020). Resolução nº 4.803 – Dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devido à pandemia da Covid-19. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-4.803-de-9-de-abril-de-2020-252079722>

Federação Brasileira de Bancos (2020). Informativo Semanal da Economia Bancária da FEBRABAN, Abril-Maio/2020. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/pagina/3266/22/pt-br/iseb-2020>

Goodell, J. W. (2020). COVID-19 and Finance: Agendas for future research. *Finance Research Letters*, pp. 1-11.



XX USP International Conference in Accounting

"Accounting as a Governance mechanism"

São Paulo, 29 a 31 de Julho de 2020

Lagoarde-Segot, T., & Leoni, P. L. (2013), "Pandemics of the poor and banking stability", *Journal of Banking and Finance* 37 (11), pp. 4574-4583.

Nicola, M., Alsafi, Z., Sohrabi, C., Kerwan, A., Al-Jabir, A., Losifidis, C., Agha, M., Agha, R. (2020). The Socio-Economic Implications of the Coronavirus and COVID-19 Pandemic: A Review, *International Journal of Surgery*, pp.1-24.

Thiollent, M. (2009). *Pesquisa-Ação nas organizações*. (2º ed.). São Paulo: Atlas.

Work Bank (2020). Semiannual Report of the Latin America and Caribbean region. The Economy in the time of Covid-19. Disponível em: <https://elibrary.worldbank.org/doi/pdf/10.1596/978-1-4648-1570-6>